

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	148.647	102.787
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(50.540)	(34.948)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis de receitas não tributáveis	-	(310)
Outros	1.154	971
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(49.386)	(34.287)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(49.128)	(33.543)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(258)	(744)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(49.386)	(34.287)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2013	Constituição	Realização	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.457	-	251	16.206
Outras provisões	29	22	29	22
Total dos créditos tributários	16.486	22	280	16.228

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2015	3.974	1.431	5.405
2016	3.977	1.432	5.409
2017	3.978	1.432	5.410
2018	3	1	4
Total	11.932	4.296	16.228

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 15.724 (2013 - R\$ 15.047), de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 14.386 (2013 - R\$ 2.176).

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 34.475 (2013 - R\$ 3.271) referem-se, ao PIS no montante de R\$ 100 (2013 - R\$ 74), Cofins no montante de R\$ 603 (2013 - R\$ 457), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 33.119 (2013 - R\$ 26.441) e da Contribuição Social no montante de R\$ 653 (2013 - R\$ 968).

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Serviços prestados por terceiros	-	2
Editais e publicações	66	87
Total	66	89

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

b) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória no 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515/14 e 1.520/14. E em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

e) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 16 de março de 2015

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Valor
análise
setorial

A mais completa fonte de informação sobre diferentes setores da economia.

Valor Análise Setorial é uma série de estudos que analisa em profundidade toda a cadeia produtiva de diversos segmentos da economia brasileira.

Acesse e adquira seu estudo
<http://setorial.valor.com.br>

analise.setorial@valor.com.br
(11) 3767-1166

Valor
análise
setorial